

AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E O ENSINO DA GEOGRAFIA: APLICAÇÕES NO 3º E 4º CICLOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Jefferson da Silva Santos de Araujo¹

Resumo

Pretende-se, neste artigo, apresentar as possibilidades para o ensino de Geografia a partir da abordagem das unidades de conservação para o 3º e 4º ciclos do ensino fundamental segundo objetivos propostos pelos parâmetros curriculares nacionais (PCNs) tendo como base os temas transversais, em especial o tema *meio ambiente*. É imprescindível que o professor de Geografia disponha de alternativas e recursos para o ensino da disciplina. Outro ponto a ser observado é a possibilidade de educação interdisciplinar que surge quando o assunto é educação ambiental, havendo condições para uma integração com outros temas transversais, visto a complexa relação entre homem e meio ambiente, que envolve também questões econômicas, culturais, políticas, sociais, enfim, todo um conjunto de relações.

Palavras-chave: Unidades de conservação; ensino da geografia; parâmetros curriculares nacionais.

Abstract

It is intended in this paper to present the possibilities for teaching Geography from the approach of conservation for the 3rd and 4th cycles of basic education according to objectives proposed by the National Curricular Parameters (PCNs) based on cross-cutting issues especially the subject environment. It is imperative that the Geography teacher available alternatives and resources for teaching the subject. Another point to be noted is the possibility of interdisciplinary education that arises when it comes to environmental education, with conditions for integration with other cross-cutting themes, as the complex relationship between man and environment, which also involves economic, cultural, political, social, in short, a whole set of relationships.

Keywords: Protected areas; teaching geography; national curriculum parameters

Introdução

Considerando as relações entre as sociedades e o meio ambiente, torna-se fundamental a construção de um pensamento crítico sobre o modo como acontece a integração entre o meio social e natural, tendo em vista as limitações de recursos disponíveis e a alta demanda que o atual estágio de desenvolvimento capitalista exerce sobre o quadro físico do planeta na busca por recursos naturais. A elaboração de parâmetros para a educação nacional e a divisão dos conteúdos em eixos temáticos, com objetivos para o terceiro e quarto ciclos fazem com que o professor recorra a metodologias de ensino diferenciadas. Diante disso, torna-se indispensável a compreensão de fenômenos físicos, minimizando impactos de diversas formas, ajudando na preservação de ecossistemas ou evitando situações de risco (como deslizamentos, enchentes, etc).

¹ Graduando UERJ/FFP/DGEO e bolsista CETREINA-UERJ. E-mail: jferson.geo90@hotmail.com.br

A elaboração do presente trabalho teve como objetivo principal analisar a relação entre os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental, no âmbito do ensino da Geografia. Para esse fim, considera-se que o tema das Unidades de Conservação (UCs), seja ele explorado em sala de aula e/ou na realização de visitas com os alunos, pode contribuir efetivamente para cumprimento dos parâmetros curriculares estabelecidos.

Este documento foi elaborado no fim da década de 1990, após a criação das leis de diretrizes e bases da educação brasileira (LDB) e criou parâmetros para a educação nacional, visto que não havia um documento do tipo que abrangesse todo o território até então. O método de investigação buscou, sobretudo, uma análise da contribuição das UCs, enquanto espaço de ensino para o professor de Geografia, buscando-se a compreensão das relações entre sociedade e meio ambiente e na construção de um pensamento crítico, tendo como base os objetivos propostos pelos PCNs.

Ensino da Geografia e os Espaços das UCs

Ao abordar as UCs no ensino de Geografia pode-se explorar a função social que elas podem desempenhar para as populações locais e, juntamente com a ação de órgãos governamentais, apresentar possibilidades para o devido manejo dos recursos naturais, conforme nos afirma Cunha e Coelho (2000):

“Nesse período, consolidam-se as políticas do tipo indutor do desenvolvimento sustentável. O estado passa a pensar em alocação de recursos e em emprego estratégico de instrumentos econômicos destinados a promover práticas ecológicas e a inviabilizar comportamentos predatórios, incluindo o estímulo a novas formas de manejo dos recursos naturais e a promoção dos instrumentos de parceria entre o poder público e a sociedade civil” (p. 55)

Tendo em vista tal afirmação, podem-se ressaltar as possibilidades de geração de emprego e renda em comunidades próximas de UCs, o que reforça a abordagem do professor sobre temas relativos ao meio ambiente e às relações sociais. Condutas ambientalmente responsáveis, como o manejo dos recursos hídricos, dos solos e dos ecossistemas, devem integrar o planejamento participativo e sustentável de atividades como o turismo em escala local, desde que o setor público incentive a autonomia das comunidades locais e atue como parceiro nas tomadas de decisão (Seabra, 2000).

Nesse contexto, as visitas às UCs através dos trabalhos de campo trazem possibilidades de complementação aos conteúdos abordados em sala de aula, sejam eles de caráter socioeconômico ou natural. Segundo Galvão e Afonso (2009, p. 16), “[...] incorporando a compreensão da dinâmica dos componentes do quadro natural é que muitos se dão conta do grau de risco a que se submetem ao minimizar a importância dos processos físicos em seu dia-a-dia”.

Ao abordar a questão ambiental como eixo temático para o terceiro ciclo, os PCNs ressaltam a importância de outros recursos didáticos na aprendizagem do aluno e o papel do

professor nesse processo, confirmando a importância para o ensino na realização de trabalhos de campo em áreas de conservação ambiental. Ao citar a relação entre Geografia e Educação Ambiental (EA), os PCNs se referem da seguinte forma:

“A compreensão das questões ambientais pressupõe um trabalho interdisciplinar. A análise de problemas ambientais envolve questões políticas, históricas, econômicas, ecológicas, geográficas, enfim, envolve processos variados, portanto, não seria possível compreendê-los e explicá-los pelo olhar de uma única ciência. Como o objeto de estudo da Geografia, no entanto, refere-se às interações entre a sociedade e a natureza, um grande leque de temáticas de meio ambiente está necessariamente dentro do seu estudo.” (BRASIL, 1998, p. 46).

Pode-se concluir que a partir de trabalhos de campo em áreas de conservação ambiental, o aluno, mais do que a compreensão de processos físicos e relações sociais da região, pode também assumir uma postura crítica na busca de uma conscientização sobre os principais problemas que envolvem o meio ambiente, relacionando os aspectos estudados em campo com questões políticas, econômicas, culturais, etc. Nesse sentido, Alentejano e Rocha-Leão (2006) afirmam:

“Um outro aspecto a ser considerado é o papel do trabalho de campo como momento de integração entre fenômenos sociais e naturais que se entrecruzam na realidade do campo. Interessante apontar que tanto a produção do conhecimento geográfico, que apresenta limitações advindas da dicotomia sociedade natureza, em função da verticalização dos pesquisadores nas diferentes especialidades que compõem o escopo da Geografia, quanto no campo do ensino, a separação entre sociedade e natureza se constitui num entrave para o desenvolvimento da Geografia.”

Partindo desse pressuposto, pode-se constatar que a Geografia, enquanto ciência das relações segundo Mendonça (2000), possui papel fundamental na construção de um pensamento crítico acerca das questões envolvendo o meio ambiente. Deve também considerar a vivência cotidiana do aluno perante as questões ambientais, o que só é possível com uma Geografia menos compartimentada e que integre a totalidade dos elementos que compõem o espaço de forma mais precisa.

Segundo Galvão e Afonso (2009, p. 11), “*o conceito de ‘lugar’ pode ser entendido como a base para a reprodução da vida e, nesta acepção, teria uma identidade, percebida pela cognição subjetiva, frequentemente afetada por características ambientais relacionadas à natureza*”. Os temas locais podem incluir as dinâmicas da natureza, apontando como exemplo muitas situações de vulnerabilidade e risco, bem como a importância que a conservação dos biomas tem para a prevenção de determinados eventos. Considera-se que, diante da crescente problematização das questões ambientais, torna-se indispensável para o professor de Geografia um aprimoramento de suas metodologias. Nesse contexto, a visitação às UCs, enquanto aliado da EA e incentivo às práticas sustentáveis e seguras em relação ao meio ambiente, é algo possível e necessário. Para Afonso e Armond (2009, p. 6):

Em sala de aula pode-se debater questões teóricas, realizando conexões com elementos próximos à realidade dos educandos. Isso faz com que eles confrontem a realidade vivida com a teoria, num processo de produção e aplicação de conhecimento com o intuito de fazer com que a sociedade em geral possa compreender as dinâmicas da natureza, se aproximando e nela intervindo de outra forma. Assim, saber por que os cursos d'água são degradados, os riscos geofísicos da ocupação desordenada nas encostas, a destinação dos resíduos sólidos, a poluição atmosférica e das águas ou até mesmo as causas de determinadas doenças infectocontagiosas são conhecimentos que podem ser efetivados a partir da Geografia, sobretudo da Geografia Física, aprofundando e valorizando as relações entre o educando e o seu lugar.

Quanto ao quarto ciclo, os PCNs fazem referência à “modernização, modos de vida e problemática ambiental”, ressaltando a influência das novas tecnologias e de um padrão de vida moderno sob o enfoque social, cultural e ambiental e suas relações com o tema ‘meio ambiente’. Nesse caso, o foco central do trabalho sobre o eixo meio ambiente no quarto ciclo será o processo de globalização. Segundo os PCNs (1998):

É intenção mostrar um mundo de contrastes, de tradições, de rupturas. Neste sentido pode-se trabalhar novamente a técnica sob novo enfoque, associando-a às consequências e problemas da atualidade, como a poluição provocada pelo modo como a urbanização e a industrialização ocorreu. Outra abordagem pode ser feita pelo estudo dos hábitos de consumo, comparando aqui diferentes formas de viver, pensar e trabalhar nossas relações com as paisagens (BRASIL, 1998. p. 113).

Visto isso, as UCs podem ser importantes aliadas do professor de Geografia ao abordar as diferentes formas de construir o espaço e refletir sobre o papel que a sociedade urbano industrial desempenhou na alteração dos ecossistemas, podendo ser discutido também até que ponto é possível aliar desenvolvimento e meio ambiente, consumo e sustentabilidade. Nessa perspectiva, pode ser discutido também, a partir dos temas locais e outros temas transversais, como saúde, e trabalho e consumo, como a transformação da natureza em prol do desenvolvimento do sistema capitalista de produção e da sociedade de consumo influi sobre a qualidade de vida, em variadas escalas (da escala local até a global) e as influências dessas transformações para cada aluno em particular.

Outro aspecto a destacar é que a compreensão dos fatores físicos (clima, relevo, solos, etc.), das paisagens (ecossistemas e biomas) e socioeconômicos (qualidade de vida, relações econômicas e sociais, entre outros) a partir do contato com os espaços das UCs em práticas de campo, pode contribuir para a construção de procedimentos e atitudes que levem à diminuição dos impactos na natureza causados pela ação humana e, também, minimizar eventuais consequências negativas que a destruição das áreas protegidas possam trazer para a sociedade em geral. Um exemplo sobre este aspecto está em evitar situações que tragam riscos para as pessoas, como a ocupação indevida de encostas e margens de rios, etc. Segundo Pontuschka (2007):

Uma das condições básicas para extrair o tema gerador é o contato estreito com a realidade local, de maneira que o tema ou os temas escolhidos contenham parcela dos problemas vividos pelos moradores da localidade e as escolas, articulando esses temas ao conhecimento sistematizado, possam aumentar a compreensão dos professores e da instituição escolar sobre os problemas e as características daquela população específica.

Considerações finais

A formação de um pensamento crítico a partir do ensino de Geografia pode contribuir significativamente para a evolução no modo de vida de uma determinada comunidade. Um dos caminhos possíveis envolve a educação ambiental dos mais jovens, levando em consideração também o contexto social do educando, perpetuando-se para a família e gradualmente para a sociedade em geral, através de uma herança cultural e de uma nova perspectiva para a maneira de pensar o homem como parte do meio ambiente.

Diante dos objetivos propostos para os Parâmetros Curriculares Nacionais e a temática “Unidades de Conservação”, o objetivo principal do trabalho foi refletir sobre as possibilidades disponíveis ao professor de Geografia para a compreensão da temática ambiental, considerando as complexas relações entre os seres humanos e o meio ambiente, facilitando assim o processo de ensino-aprendizagem e contribuindo também para a formação de alunos com capacidade analítica sobre esse tema divulgado nas grandes mídias (TV, jornais, internet, etc.).

No entanto, acredita-se que muito ainda há de ser feito, visto a falta de recursos que possibilitam saídas de campo e estudos mais abrangentes sobre essa temática em muitas das instituições de ensino e, até mesmo, as dificuldades que muitos docentes enfrentam em integrar conhecimentos da ciência geográfica na formulação de conceitos. Problemas como estes podem ser identificados bem antes, na formação profissional, muitas vezes fragmentada e demasiadamente especializada. Por fim, vale ressaltar que é possível, através de novas alternativas para o ensino, superar a divisão homem/meio e formular novas concepções sobre o papel que devemos e podemos desempenhar no planeta e isso passa, indubitavelmente, pela educação escolar.

Bibliografia

AFONSO, A.E; ARMOND, N.B. Reflexões sobre o ensino de Geografia Física no ensino fundamental e médio. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICAS DE ENSINO DE GEOGRAFIA, 10., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre : UFRGS, 2009.

ALENTEJANO, P. R. R.; ROCHA-LEÃO, O. M. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, Jul. 2006.

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 156 p.

GALVÃO, C. F.; AFONSO, A. E. A Geografia e os Ciclos. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Educação, 2009.

MENDONÇA, F. Geografia física: ciência humana? São Paulo: Contexto, 1989. (Coleção repensando a geografia).

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I. ; CACETE, N. H. Para ensinar e aprender Geografia. São Paulo: Cortez, 2007.

CUNHA, S. B. da; GUERRA, A. J. T. (Org.). A questão ambiental. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.